



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação nº: 246537-2	1ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Apelante: Maria do Socorro Bezerra Chaves	
Apelado: Edjane Maria dos Santos Maia e Outro	
Relator: Stênio Neiva Coêlho	

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INCIDENTE DE FALSIDADE. ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA. ASSINATURAS CONTESTADAS. PERÍCIA GRAFOTÉCNICA CONCLUSIVA PELA FALSIFICAÇÃO. RECONHECIMENTO DE FIRMA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.

1. A perícia foi taxativa e bastante conclusiva ao asseverar que não há identidade gráfica na assinatura presente na Escritura de Compra e Venda questionado com as demais assinaturas da mesma senhora no processo.

2. se um técnico atestou que a assinatura padrão não era compatível com aquela aposta na Escritura de Compra e Venda, dificilmente o magistrado teria condições de afirmar o contrário, por carecer de conhecimentos específicos quanto ao estudo grafotécnico.

3. Despiciendo o fato de a assinatura ter sido reconhecida em cartório, pois isso não implica reconhecimento de autenticidade absoluta uma vez que tal reconhecimento é feito por semelhança produzindo, consequentemente, presunção jûris tantum, e sem qualquer conhecimento técnico.

3. Ainda que não houvesse a perícia técnica, há um dado relevante de que o documento foi realmente produzido maliciosamente, qual seja, a troca da moeda Cruzeiro pelo Real.

4. Recurso Provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **dar provimento** à apelação, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 16 de abril de 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº: 246537-2

1ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Apelante: Maria do Socorro Bezerra Chaves

Apelado: Edjane Maria dos Santos Maia e Outro

Relator: Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação cível interposto em face de sentença (fls. 176/178), nos autos do Incidente de falsidade, suscitado pela ora apelante na Ação de Anulação de Negócio Jurídico, em que o magistrado *a quo* julgou improcedente por insuficiência de provas, condenando a excipiente ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada excepto.

Na origem, a suscitante alega que a Escritura Particular de Compra e Venda (fl. 26) lavrada em favor dos apelados é falsa, uma vez que as assinaturas apostas naquele documento não correspondem às assinaturas verdadeiras dos vendedores Maria de Lourdes Soares da Silva e José Mariano da Silva. Defende que os apelados fraudaram referido documento. Afirmar ainda que o imóvel em questão foi adquirido pela apelante, a qual comprou da senhora Maria de Lourdes Sobral da Silva no primeiro trimestre de 1993, pela quantia de Cr\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzeiros), conforme recibo firmado pela vendedora.

Irresignada, a excipiente, ora Apelante, alega que o laudo pericial foi enfático ao concluir pela falsidade na assinatura contestada, não podendo o magistrado afastar a utilização de tal meio de prova sem fundamentar sua decisão. Acrescenta que existem indícios grosseiros da falsidade, como a troca da moeda Cruzeiro pelo Real, uma vez que no ano de 1993, aquela era a moeda corrente. Por fim, requer a reforma da sentença.

Devidamente intimados, os apelados apresentaram contrarrazões às fls. 204/207.

É o que importa relatar.

À Revisão.

Recife, 04 de novembro de 2013.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº: 246537-2

1ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Apelante: Maria do Socorro Bezerra Chaves

Apelado: Edjane Maria dos Santos Maia e Outro

Relator: Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Cuida-se na origem de Incidente de falsidade, suscitado pela ora apelante na Ação de Anulação de Negócio Jurídico, em que o magistrado *a quo* julgou improcedente por insuficiência de provas, condenando a excipiente ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada excepto.

Na origem, a suscitante alega que adquiriu o imóvel em questão da senhora Maria de Lourdes Sobral da Silva no primeiro trimestre de 1993, pela quantia de Cr\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzeiros), conforme recibo firmado pela vendedora, sendo a real proprietária da área. Alega que a Escritura Particular de Compra e Venda (fl. 26) do imóvel lavrada em favor dos apelados é falsa, uma vez que as assinaturas apostas naquele documento não correspondem às assinaturas verdadeiras dos vendedores Maria de Lourdes Soares da Silva e José Mariano da Silva. Defende que os apelados fraudaram referido documento.

Analisando os autos, verifico que às fls. 151/165 consta o laudo pericial grafoscópico em que as peritas afirmaram:

“Procedendo ao minucioso exame grafoscópico comparativo da assinatura atribuída a Sra. Maria de Lourdes Sobral da Silva lançada no documento questionado e já descritos no cap. II deste laudo com aquelas produzidas pela citada senhora nas peças de comparação (cap. IV), a perita constatou divergências fundamentais em qualidade e quantidade de ordem grafocinética, das qualidades gerais do grafismo e quanto às características do traçado, permitindo a assertiva de que dita assinatura questionada não foi produzida pelo punho da senhora “Maria de Lourdes Sobral da Silva”, ou seja, não há identidade gráfica entre a assinatura questionada e as assinaturas utilizadas como peças de comparação.”

Acrescentou ainda que:

“As assinaturas lançadas no documento questionado, atribuídas a senhora Maria de Lourdes Sobral da Silva e ao senhor José Mariano da Silva foram produzidas pelo mesmo punho escritor, ou seja, quem produziu a assinatura Maria de Lourdes Sobral da Silva produziu também a assinatura de José Mariano da Silva, tratando-se, portanto, de uma falsificação, questão melhor cisualizada no quadro técnico demonstrativo.”

Portanto, constato que a perícia foi taxativa e bastante conclusiva ao asseverar que não há identidade gráfica na assinatura presente na Escritura de Compra e Venda questionado com as demais assinaturas da mesma senhora no processo. Ainda, o que considero mais agravante, as assinaturas de Maria de Lourdes Sobral da Silva e José Mariano da Silva constantes do documento analisado foram lançadas por uma mesma pessoa, a qual falsificou o documento.

O magistrado *a quo*, ao deixar de considerar o laudo, fundamentou que a perícia foi imperfeita em razão da ausência de material relevante que pudesse complementar os trabalhos, motivo

pelo qual deveria ser levado em considerações outros aspectos fáticos da demanda, como o reconhecimento de firma pelo Cartório Costa Lima.

Não comungo do mesmo entendimento.

Em verdade, a Perita afirmou em seu laudo que “procederá à perícia, com o material disponível, para que o rito não sofra solução de continuidade, **valendo ressaltar que a ausência de tais documentos (de cunho oficial) e peças testes) não prejudicará a análise técnica.**”

Ao contrário do juízo *a quo*, não verifiquei qualquer espécie de imperfeição no laudo pericial que motivasse sua desconsideração. Da mesma forma, não houve insuficiência de material para subsidiar o exame pericial, o qual foi concluído sem a necessidade de qualquer outro documento. Ademais, se o material analisado não tivesse sido suficiente para o trabalho, as peritas judiciais não teriam alcançado conclusão alguma.

Assim, não encontro fundamento plausível para afastar as conclusões produzidas pela prova técnica.

Despiciendo o fato de a assinatura ter sido reconhecida em cartório, pois isso não implica reconhecimento de autenticidade absoluta uma vez que tal reconhecimento é feito por semelhança produzindo, conseqüentemente, presunção *juris tantum*, e sem qualquer conhecimento técnico.

"INCIDENTE DE FALSIDADE DE ASSINATURA - PERÍCIA GRAFOTÉCNICA CONCLUSIVA RECURSO IMPROVIDO. Comprovada que a assinatura lançada no contrato não emanou do próprio da suposta fiadora da locação, é de rigor a procedência do incidente de falsidade".

(TJ-SP - APL: 9128829312009826 SP 9128829-31.2009.8.26.0000, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 18/01/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/01/2011)

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. DUPLICATA. INCIDENTE DE FALSIDADE. ASSINATURA NÃO RECONHECIDA. I - Muito embora o magistrado não esteja adstrito à perícia, não se pode desprezar a força probante de laudo que atesta pela falsidade de assinatura aposta em duplicata, sobretudo porque o perito é nomeado para suprir um conhecimento técnico que o julgador não detém. II - Não deve ser reconhecido o débito quando o cotejo do conjunto probatório não infirma a certeza quanto à autorização do réu para a aquisição de mercadorias retiradas e recebidas por duas de suas funcionárias, máxime quando as datas das compras são posteriores à emissão da duplicata correspondente. III - 1º Apelo provido e 2º Apelo prejudicado.

(TJ-MA - AC: 89682000 MA, Relator: MARIA DULCE SOARES CLEMENTINO, Data de Julgamento: 23/06/2003, SAO LUIS)

Ora, se um técnico atestou que a assinatura padrão não era compatível com aquela aposta na Escritura de Compra e Venda, dificilmente o magistrado teria condições de afirmar o contrário, por carecer de conhecimentos específicos quanto ao estudo grafotécnico.

Ainda que se desprezasse por completo o resultado pericial, para tanto seria preciso que o resto do conjunto probatório infirmasse a certeza de que realmente o documento é verdadeiro.

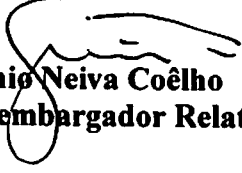
Ademais, ainda que não houvesse a perícia técnica, há um dado relevante de que o documento foi realmente produzido maliciosamente, qual seja, a troca da moeda Cruzeiro pelo Real.

Ora, sendo o documento, teoricamente, produzido em 1993, o correto seria ter o valor da venda expresso na moeda corrente daquele ano, o Cruzeiro, e não na moeda que entraria no mercado apenas no ano seguinte, a qual as pessoas ainda iriam acostumar-se a utilizar.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso de apelação para declarar a falsidade das assinaturas apostas na Escritura de Compra e Venda (fl. 26).

É como voto.

Recife, 16 de abril de 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator